

POLÍTICA CURRICULAR: O ESTADO, A GLOBALIZAÇÃO E AS (IN)VISIBILIDADES PRESENTES NA BNCC

Resumo: Neste artigo, intencionamos analisar e discutir a política educacional na atualidade, tecendo reflexões sobre a BNCC 2017, o currículo oficial e o Estado, como representante dos discursos políticos e entidade ainda proeminente no campo das políticas públicas educacionais. Ainda consideraremos a globalização como representante de um projeto político mundial a favor das propostas políticas neoliberais e os efeitos de suas interferências nas políticas educacionais. Para tanto, em nossa discussão teórica, sob uma perspectiva pós-estruturalista, trabalharemos com autores como Ball (2006); Dale (2004); Lander e Castro-Gómes (2005); Apple (2002), entre outros. Podemos concluir, por meio das análises tecidas, que as políticas e as práticas educacionais são compreendidas como relações de poder que se deslocam na construção e reconstrução do campo social.

Palavras-chave: Estado; Globalização; Políticas curriculares; BNCC.

1. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

As determinações do mercado, movidas pelas influências do capital internacional, influenciam de forma determinante as políticas sociais e se utilizam das políticas educacionais como estratégia para tais fins (Cunha; Silva, 2016). Como consequência, percebemos o desprezo às diversidades, às significações e aos saberes outros que formam sujeitos e identidades.

Ao compreender que docentes e discentes caminham na contramão desses ditames para que suas identidades possam ser constituídas, neste artigo propomos uma aproximação teórica à temática, tomando autores como Ball (2006); Dale (2004); Lander e Castro-Gómes (2005); Apple (2002), entre outros. Intencionamos analisar e discutir a política educacional na atualidade, tecendo reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular 2017 - (BNCC 2017) e sobre o currículo oficial. Essa discussão busca reflexões mais amplas ao pensar as ações do Estado e as influências da globalização no campo educacional, a partir de uma agenda organizada para cultura educacional (nacional/mundial) comum, mas também nos possibilita revisar, criticamente, as políticas educacionais por meio de nossas pesquisas no campo da política educacional.

2. O CAMINHO

Trazemos como referência o pensamento pós-estruturalista, o qual, ao operar na relação entre o núcleo de conhecimento e seus limites, intenciona alargar os limites do conhecimento e adentrar o inconsciente como vias de “interpretações outras” para aquilo que escapa às lentes analíticas convencionais. Desta forma, segundo Williams (2013, p. 23), esse pensamento trabalha por dentro das estruturas, “Ele trabalha dentro delas para desfazer seus postulados exclusivistas de verdade e pureza”.

Nessa direção, dividiremos a discussão em três seções, além das considerações finais: estado como representante dos discursos políticos; globalização e suas influências; (in)visibilidades e a BNCC.

3. ESTADO COMO REPRESENTANTE DOS DISCURSOS POLÍTICOS

Pensar o Estado como instituição na sociedade moderna, inevitavelmente, conduz-nos à escolha de uma lente sob a qual teceremos nossas análises, dada a complexidade que essa entidade representa, uma vez que se coloca como principal regulador dos textos políticos e das políticas públicas. Pensemos o Estado como instituição que nasce da sociedade civil, como uma entidade reguladora de processos que atravessam a vida dos sujeitos por toda a sua existência. Isso inclui todos os processos educativos que vivenciamos em nossa trajetória escolar e as políticas públicas que os regulam. Assim, entendemos as políticas públicas como o Estado em ação, movimentando-se por meio de suas intenções estabelecidas, mas também em sua inação ou não ação, porque mesmo nas situações onde o Estado escolhe não se manifestar, ainda assim, está praticando política, dados os impactos que pode exercer na sociedade.

Uma política pública apresenta-se como reguladora de conflitos entre seus interessados, tentando articular interesses individuais e coletivos, constituindo certa ordem, mas também se mostra a partir da mobilização de recursos, como elemento de participação política popular. Nesse sentido, o tema em disputa consegue ser incorporado à agenda, tornando-se um problema passível de ser transformado em política pública. A introdução



do problema na agenda política refletirá sua priorização, por isso as agendas são um campo disputado pelos atores sociais. Assim, “[...] a identificação do problema e a construção da agenda envolvem valores e interesses, estão condicionados a elementos ideológicos e a projetos políticos e refletem as relações de poder entre os atores sociais envolvidos” (Serafim; Dias, 2012, p. 123).

Nesse pensamento, precisamos considerar ainda a existência de forças econômicas que operam de forma supra ou transnacionalmente, com o intuito de ultrapassar e superar as fronteiras do nacional. São efeitos do processo de globalização que operam, sobretudo, no campo das políticas educacionais. A globalização tem sido com frequência considerada como representante do progresso no sentido de homogeneizar culturas, e a educação não tem conseguido se manter imune a tais efeitos, uma vez que, esta pode afetar as políticas e práticas educativas nacionais por meio de seus efeitos extranacionais (Dale, 2004).

Por meio da análise das políticas públicas é possível perceber que, apesar dos esforços de tais mecanismos internacionais, os diferentes atores envolvidos na tradução do campo prático de dadas políticas realizam sua interpretação a partir de referenciais próprios, que muitas vezes conflitam com os interesses do sistema, construindo e reconstruindo outros sentidos a tais políticas. Assim, “os diferentes atores envolvidos interpretam essas políticas de acordo com suas próprias referências, em que contam interesses não raro conflitantes, de grupos ou classes, das culturas institucionais em que estão inseridos, de cunho pessoal” (Barreto, 2008, p. 10). Dessa forma, buscam por meio das fissuras deixadas por esses discursos hegemônicos constituir novas articulações discursivas que confrontem a configuração estabelecida no campo social e político.

4. GLOBALIZAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS

A globalização intenciona transmitir a ideia de uma humanidade não dividida. Utilizando-se de um discurso que prega a união da humanidade, caminha em um processo progressivo de integração planetária. Entretanto, a face neoliberal que a globalização reflete tem como consequências polarizações, exclusões e desrespeito às diferenças, pois

seu modo de integração é fragmentado, cruel e falho ao tentar conectar centros poderosos a periferias subordinadas. E com a ideia de universalidade institui um processo de radical exclusão (Lander; Castro-Gómes, 2005).

Isso significa que pensamentos conservadores estão sempre retornando, trazendo como intenção principal o controle sobre o currículo e o ensino. Envernizados pela ideia de resgatar tradições perdidas levam ao imaginário do senso comum o pressuposto de termos escolas mais eficazes. O que antes parecia improvável começa a ser acolhido, ratificando o pensamento liberal e propagando o entendimento de escolas “melhores”. Por conseguinte, geram a falsa ilusão de que as oportunidades são iguais para todos (Apple, 2002).

A padronização é um instrumento com objetivos claros para globalização e a BNCC estabelece uma padronização em escala nacional ao cumprir seu papel. Desconsideram-se as condições de trabalho e aprendizagem nas escolas e parte-se do pressuposto de que o “sucesso” é uma questão de mérito ou desempenho individual, transmitindo a responsabilidade dos resultados positivos ou negativos para escolas, gestores, professores e alunos (Freitas, 2016). No entanto, é exatamente esse contexto de regras aparentemente claras para o capitalismo mundial que proporciona o surgimento de novos discursos, com posicionamento contrário à hegemonia estabelecida, uma vez que o espaço social é um ambiente aberto às disputas e controvérsias e ao fortalecimento das relações sociais.

5. (IN)VISIBILIDADES E A BNCC

A legitimação textual da política curricular BNCC 2017, a qual é confirmada pelo principal responsável em regular os textos das políticas públicas, a saber, o Estado, apresenta questões delicadas de (in)visibilidades, à medida que lançamos olhar analítico a suas proposições como norteadora da organização curricular em nível nacional. De forma transparente, podemos perceber as intenções homogeneizantes que o texto político carrega, com finalidades padronizantes de escola, conhecimento e sujeito, tentativa de produzir sujeitos únicos e universais, como se todos fossem os mesmos em seus tempos e espaços.



De forma não tão transparente, porque envolto a um discurso democrático de conhecimento comum, que igualará todos os estudantes e transportará para prática do ensino a responsabilidade no sucesso da aprendizagem, percebemos as invisibilidades que atravessam tal texto político. As subjetividades, os saberes dos povos tradicionais, suas histórias e culturas aparecem suprimidas, violentadas e esquecidas em nome de um modelo único de educação que se curva a ditames padronizados, regulados pelo capitalismo, pelo neoliberalismo, pelo mercado e pela globalização.

A globalização, aliada às ações do mercado e às políticas neoliberais, trabalha no sentido de retirar do discurso político a compreensão da educação como um direito e, ao introduzi-la como um mecanismo simples de domínio de competências, enfatiza sempre o produto final – resultados. Assim, com intenção de classificar alunos, professores e escolas, o currículo é utilizado como forte instrumento.

Essa padronização chama atenção porque desloca dos espaços de saberes – currículo, livros didáticos e espaços formais e não formais de aprendizagem – sujeitos e coletivos com cultura e identidade diferentes, os quais também são portadores de um vasto conhecimento. Quando esses saberes, identidades e culturas não são reconhecidos e a referência passa a ser a de um sujeito único, o ensino se torna abstrato, porque coloca a todos no mesmo nível de realidade, como se todos fossem os mesmos, dentro do mesmo contexto social e cultural. De acordo com Ball (2006), Grande parte das políticas, em especial as educacionais, é pensada para ambientes uniformes, homogêneos, para serem aplicadas em contextos e condições de trabalho adequadas e dessa forma, falham, por não levarem em consideração variações de recursos, desigualdades locais e culturais.

É observável a importância da construção de identificações, tanto para professores como para estudantes, no processo educativo. A compreensão de uma educação que considere o direito ao conhecimento e coloque como foco desse conhecimento os saberes dos estudantes, de seus familiares, de sua comunidade, de suas vivências, tende a alargar fronteiras que os conhecimentos padronizados dos currículos tendem a restringir, a partir de uma superação que avance na construção de suas identificações.

6. CONSIDERAÇÕES

Sem a pretensão de esgotar, neste artigo, nossas discussões perante o papel do Estado como principal regulador dos textos políticos e representante de seus discursos; problematizar a globalização como força que representa um projeto político mundial e suas sutis, porém agressivas interferências no campo educacional; e discutirmos a política curricular BNCC 2017 como instrumento de controle social representante de um dado projeto de sociedade que se reflete nas invisibilidades presentes no texto oficial. Podemos refletir, por meio das análises aqui tecidas, que as políticas e práticas educacionais passam a ser compreendidas como relações de poder, as quais se deslocam na construção e reconstrução do campo social.

É notável a intenção de controle dos processos educativos e por meio deles o controle da escola, alinhando sua condução às lógicas hegemônicas padronizantes e excludentes. Lógicas essas patrocinadas pelo neoliberalismo, pelas forças do mercado e do capital e que são propagadas pelo movimento da globalização. O pensamento de que todos se encaixam no mesmo padrão tem se fortalecido por meio da ideia de que a eficácia das avaliações, sobretudo as de larga escala, representa uma melhoria na educação.

É importante chamar atenção para a representação de um currículo nacional, como é o caso da BNCC, e para os programas de exames nacionais, no sentido de que estes constituem direcionamentos para um modelo de educação mercantilizada. Esse modelo de organização curricular, com os testes standardizados, não consegue avaliar adequadamente o desempenho das escolas, dos alunos, nem dos professores em sua dimensão mais ampla, porque são sempre limitados e realizados sob as pressões dos resultados, e, como consequência acabam produzindo estreitamento curricular.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita? **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 107-142, jul.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14401.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa critico-social: uma



revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n. 2, p. 10-32, jul./dez 2006.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade. **MEC/Anped**, Brasília, 3 a 5 de setembro de 2008.

CUNHA, Kátia; SILVA, Janini Paula da. Sobre base e bases curriculares nacionais comuns: de que currículo estamos falando? **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 04, p. 1236-1257, out./ dez. 2016.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Caderno Cedes**, Campinas, v.36 n.99, mai./ago.2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso&tlng=PT. Acesso em: 20 mar. 2023

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMES, Santiago. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Biblioteca Ciências Sociais).

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan/jun 2012.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução: Caio Liudvik, 2. Ed. – Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013 – (série Pensamento Moderno).